



A “feminização” do desemprego nos polos “desenvolvimentistas” do Pará

The “feminization” of unemployment in poles “developmental” in Para

Maria Antonia Cardoso NASCIMENTO¹

Resumo: Este artigo aborda as tendências de análise sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho nos anos 1990 a 2000. A fundamentação teórica se ancora do ponto de vista teórico nos estudos já produzidos no âmbito da teoria crítica e da teoria social feminista sobre a questão das mulheres no mercado de trabalho, marcado por antagonismos e contradições que são coextensivos a outras relações sociais como classe e raça. Tomando como base estudos bibliográficos, documentais e pesquisas de campo, objetiva refletir sobre a experiência de mulheres trabalhadoras residentes em dois municípios paraenses, afetados por projetos econômicos minero-metalúrgicos, aglutinadores de força de trabalho majoritariamente migrantes. Os resultados indicam que, nos pólos “desenvolvimentistas” do Pará, evidencia-se uma “feminização” do desemprego.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho feminino. Mercado de trabalho.

Abstract: This article discusses the trend analysis about the place of women in labor market in the years 1990 to 2000. The theoretical foundation is anchored in theoretical point of view in studies already produced under the critical theory and feminist social theory about the issue of women in the labor market, marked by antagonisms and contradictions that coextensive with other social relations like class and race. Based on bibliographical studies, documentary and field research, aims to reflect about the experience of working women living in two Para cities affected by mining and metallurgical economic projects, binders workforce mostly migrants. The results indicate that poles “developmentalism” Para, it’s evident a “feminization” of unemployment.

Keywords: Woman. Female work. Labor market.

Submetido em: 30/07/2015. Revisado em: 17/12/2015. Aceito em: 11/02/2016.

Introdução

Há vários tipos de pontes: objetivas e subjetivas, concretas e abstratas, acadêmicas e populares. Entre as pontes objetivas-concretas, há pontes sociais, produzidas pelos seres humanos em suas relações diretas com a natureza e os demais seres, fruto do trabalho. Entre as pontes sociais, há pontes naturais produzidas pelo próprio meio ambiente, que permitem o ser humano, com base em suas necessidades e criatividade ante-ver processos, traçar rumos, construir caminhos, sobreviver.

Dados oficiais e resultados de estudos e pesquisas sobre trabalho feminino no mundo e no Brasil têm apontado para o significativo aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA). No Brasil essa tendência ganha visibilidade nas três últimas décadas do século XX, e permanece na primeira década do século XXI. Embora ainda desigual frente à dos homens, a taxa de participação das mulheres nesta última década alcança 58,8% (PNAD/IBGE, 2009 *apud* IPEA, 2010). De acordo com o Instituto de Desenvolvimento

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil). Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <mariaant@ufpa.br>.

Econômico, Social e Ambiental do Pará² (PARÁ, 2014) o estado acompanha a tendência nacional, uma vez que a PEA feminina aumentou no mesmo período em 51,7%.

O aumento sistemático da força de trabalho feminina no Brasil tem sido analisado pelos intelectuais da sociologia crítica do trabalho, particularmente as feministas, como decorrente de mudanças demográficas, sociais, culturais políticas e econômicas. Algumas dessas mudanças são explicadas como resultante da consolidação da agenda elaborada pelos movimentos feministas e de mulheres desde a década de 1970.

Ademais, os pesquisadores têm chamado a atenção para a relevância da injunção econômica, em que, diante das crises estruturais e conjunturais, o capitalismo se alimenta da heterogeneidade humana, produzindo e reproduzindo no mundo do trabalho e, na sociedade em geral, desigualdades e contradições pautadas nas diferenças de sexo, raça, geração, regionalidade, entre outras.

O Brasil nas últimas décadas aprofunda a perspectiva financeira ampliada do neoliberalismo, combinada à política de desenvolvimento econômico na qual o Estado assume papel de protagonismo na geração de infraestrutura para o crescimento por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), articulado ao enfrentamento da pobreza extrema por meio do Programa Brasil sem Miséria. Essa agenda que visa expandir o consumismo de massa tem sido denominada de neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo, em que mulheres e negros têm sido alvos significativos das políticas sociais.

Os projetos de desenvolvimento que se sucedem na região Amazônica, mantêm e reatualizam a relação colonial de exploração dos bens naturais e a superexploração da força de trabalho local. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho de dois municípios paraenses, considerados como âncoras do discurso neodesenvolvimentista local: Barcarena e Parauapebas. Barcarena é conhecida como um importante pólo industrial de beneficiamento e exportação de caulim, alumina, alumínio – realizados por multinacionais como o complexo Albrás-Alunorte. A cidade possui o maior porto do Pará, o Porto de Vila do Conde, de onde sai toda a produção para exportação (cerca de US\$ 2,9 bilhões anualmente³) - para cerca de 30 países. A instalação do Pólo Industrial do complexo Albrás-Alunorte foi resultado de um acordo entre governo do Brasil e do Japão, em 1976, no contexto de crise mundial de petróleo que levou o Japão, grande consumidor de alumínio, a buscar novos territórios de exploração com condições “favoráveis”: mão de obra barata, infraestrutura e farta abundância dos minérios.

Já Parauapebas é conhecida pelo beneficiamento e exportação de ouro, cobre, manganês, granito, níquel e principalmente, ferro. Cresceu em virtude do intenso fluxo migratório, provocado pela instalação de grandes projetos para a extração de recursos naturais, tais como o Projeto Grande Carajás, conduzido pela então Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S. A.)

² Após o governo do Pará sancionar a Lei Complementar nº 098, de 1º de janeiro de 2015, as funções do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) foram incorporadas à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa, que passou a denominar-se Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará mantendo a sigla FAPESPA. O documento consultado foi publicado pelo Idesp.

³ Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br>>.

e da enorme quantidade de ouro extraído de Serra Pelada entre as décadas de 1970 e 1980. Os dois polos industriais são responsáveis pelo Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará, que atingiu a marca de 77,8 bilhões de reais em 2013, sendo sua participação no PIB brasileiro de 1,9%, enquanto no PIB regional essa contribuição foi de 37,1%, sendo o maior da Região Norte.

Sem a pretensão de desenvolver uma discussão sobre o novo desenvolvimento, o texto baseia-se em estudos bibliográficos, documentais e anotações de trabalho de campo⁴ realizado, durante os últimos dois anos, nos mencionados municípios. O procedimento teórico-metodológico de legado marxista que orienta os projetos de pesquisas mencionados adota a abordagem da consubstancialidade das relações sociais gênero, raça e classe social. A pesquisa qualitativa de campo está voltada para a produção primária de dados a partir da percepção das mulheres em suas dinâmicas cotidianas de trabalho.

As técnicas de pesquisa consistem em entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida e observação nos locais de trabalho. Foram realizadas, até o momento, quarenta entrevistas semi-estruturadas com mulheres. Sendo dez mulheres autoidentificadas como brancas, trinta mulheres autoidentificadas como pardas e dez como negras. Desse total, cinco mulheres estavam inseridas na empresa Vale, em Parauapebas e cinco na empresa Alunorte/Albrás, em Barcarena. As outras trinta mulheres, estavam vinculadas em sua maioria, em cooperativas de serviço, em geral, ligadas às indústrias de alumínio em Barcarena. As grandes empresas têm impulsionado a formação de cooperativas, tanto como estratégia de responsabilidade social como, e sobretudo, para ampliar as possibilidades de barateamento da força de trabalho por meio da terceirização de serviços.

O texto está organizado em três partes. A primeira procura realizar uma síntese das tendências de pesquisa que pautam a análise do trabalho feminino no mundo do trabalho contemporâneo, com destaque para a realidade brasileira. A segunda parte apresenta um perfil da mulher no estado do Pará. A terceira parte expõe a singularidade do mercado de trabalho para as mulheres residentes nos municípios de Barcarena e Parauapebas. Ao final, são evidenciadas, conclusões obtidas com as reflexões efetuadas.

O que as pesquisas dizem sobre a força de trabalho da mulher

O paradigma ocidental europeu que orientou as ciências sociais e humanas na América Latina até a década de 1970 desconsiderou o sexo e a raça/etnia como estruturantes da divisão social do trabalho. A reflexão orientada por intelectuais e ativistas do movimento feminista e do movimento negro chamou a atenção para a divisão sexual e racial, que resultou na proposta metodológica da interdependência das relações sociais de classe, gênero, raça/etnia, identificada pelas brasileiras Saffioti (1992, 1993), como articulação e nó, e por Castro (1992), como alquimia e pela francesa Kergoat (2010), como consubstancialidade.

⁴ Trata-se de pesquisa desenvolvida no âmbito dos projetos “Política de Trabalho, Emprego e Renda no contexto desenvolvimentista: a experiência do estado do Pará” e “Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras”, este sob a coordenação do SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia de Recife. Os dois projetos observaram os cuidados éticos (assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, supressão dos dados de identificação dos participantes e devolução dos resultados em oficinas específicas para os sujeitos da pesquisa qualitativa).

A referida abordagem parte da premissa de que existem múltiplas dominações e opressões que não se explicam isoladas. Tanto o racismo como o patriarcado tem uma dimensão econômica e a classe burguesa se alimenta dessas estruturas para melhor garantir a acumulação capitalista. A consolidação das categorias imbricadas classe social, gênero, raça/etnia tem-se colocado como uma tendência metodológica relevante na interpretação das sociedades contemporâneas, que mantêm o legado da dominação colonial patriarcal, racista e de classe. Falquet (2013, p. 9), ao discorrer acerca das relações de gênero na particularidade do capitalismo atual assevera “[...] o capitalismo financeiro não liberta as mulheres”.

A maioria da bibliografia que discorre sobre a relação trabalho-mulher destaca como imprescindível para a análise a categoria divisão sexual do trabalho, elaborada na década de 1970 pelas feministas marxistas francesas em analogia à categoria divisão social do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Observa-se que a divisão sexual do trabalho não é natural. Ela se organiza sob dois princípios: o princípio da separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, e o princípio hierárquico: o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher. Embora sendo uma construção social, portanto mutável, a despeito dos avanços alcançados pela maioria das sociedades no âmbito dos direitos das mulheres, essa definição permanece fundamental para entender o lugar da força de trabalho feminina na ordem do capital.

Na literatura produzida no Brasil sobre as questões concernentes ao trabalho feminino tem-se reiterado a relevância do uso da categoria divisão sexual do trabalho na interpretação das alterações e permanências do uso da força de trabalho da mulher.

Outra tendência de análise que norteia os estudos sobre o trabalho da mulher no Brasil diz respeito ao exame de um conjunto de alterações no modelo de representação do feminino, tais como: a queda na taxa de natalidade, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população, o aumento do número de domicílios com chefia feminina, e principalmente, a alteração no perfil demográfico das trabalhadoras. Lombardi (2010) anota, com base em dados do IBGE, que a taxa de natalidade, em 2007 era de 1,95 filhos por mulher, taxa em decréscimo desde 1970. No mesmo ano, a proporção de famílias compostas por casais com filhos foi declinando (48,9%, em contraposição aos 56,6% de 1997). Quanto às chefes de família, a proporção de domicílios por elas chefiados chegou a 33% em 2007.

Sorf e Fontes (2008), ao analisarem algumas diferenças entre o nível socioeconômico e o perfil demográfico das famílias chefiadas por mulheres, aí se distinguindo entre chefias com filhos e sem filhos, com e sem presença de cônjuge, concluíram que os domicílios caracterizados como monoparentais femininos eram os mais precários, refletindo a remuneração

mais baixa recebida pela maioria das mulheres. Em relação ao perfil demográfico das brasileiras inseridas no mercado de trabalho formal, as autoras afirmam que elas tendem a ser mais velhas, casadas e mães, distinguindo-se do perfil das décadas de 1970 e 1980, período em que passam a ser consideradas pelas estatísticas oficiais.

O aumento da escolaridade das trabalhadoras brasileiras também tem sido apontado como uma questão importante nessa reconfiguração que se processa, tornando insustentáveis discursos que justificavam a incapacidade da mulher para o trabalho produtivo e, principalmente, o fato de perceberem remunerações mais baixas. Lombardi assinala que, em 2007, a média de anos de estudo dos brasileiros foi de 6,9 para homens e 7,1, para as mulheres.

Outra questão que merece destaque é a identificação da bipolaridade ou dualidade do trabalho feminino. Afirmam os estudos que, ao lado das trabalhadoras mais desprotegidas, vige um pequeno número, mas crescente, de mulheres altamente qualificadas e escolarizadas, vinculadas a carreiras profissionais de prestígio, ascendendo nas hierarquias empresariais e chegando a postos de chefia e direção, beneficiadas, portanto, pelo aprimoramento da legislação trabalhista, que eliminou preceitos discriminatórios em relação às mulheres (SEGNINI, 1998; HIRATA, 2009; LOMBARDI, 2010). Todavia, o número de pesquisas de campo sobre esse segmento ainda é inexpressivo.

O trabalho no setor do *care* ou dos cuidados concernentes a outrem, principalmente as pessoas que cuidam de crianças, idosos, deficientes físicos e dependentes em geral, segundo Hirata (2009), emerge nos últimos anos como uma tendência de pesquisa relevante no contexto do capitalismo bancário e financeiro para o mercado de trabalho feminino, haja vista a predominância de mulheres nessa ocupação que, no Brasil, tem como especificidade a não formalização legal.

A desigualdade racial incide fortemente na inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e também tem sido alvo de problematização no bojo da heterogeneidade que caracteriza o segmento feminino (SAFFIOTI, 1993; CASTRO, 2000; BENTO, 2000; NOGUEIRA; JACINTO, 2013). Os dados do IBGE (2010) reiteram as hipóteses das autoras ao informarem que apenas 6,1% dos brancos/as, 1,7% dos pretos/as e 2,8% dos pardos/as estão na categoria de empregadores/as, mas, em “contrapartida”, pretos/as e pardos/as são a maioria dos trabalhadores/as sem registro, sendo que para as mulheres esses dados são bem mais acentuados.

As pardas representam 60,0% das trabalhadoras informais, as pretas, 54,1%, e as brancas, 44,0%, agravando-se tal situação já que a informalidade tanto produz condições de trabalho precárias, sem direitos e sem proteção social, como amplia as desigualdades entre homens e mulheres, e entre essas últimas. Destaque-se que é nas regiões Nordeste (67,4%), Norte (64,9%) e Centro-oeste (51,3%) que predomina o trabalho informal (IBGE/PNAD, 2009 *apud* ÁVILA, 2013, p. 25).

As desigualdades vividas no mercado de trabalho são reproduzidas no acesso à proteção social. Segundo a referida fonte, apenas 52,7% das mulheres brasileiras ocupadas contribuem para a Previdência Social. Nas regiões Norte e Nordeste esses percentuais caem vertiginosamente para 40,7% e 36,8%. As desigualdades de gênero e raça fazem das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras, a grande maioria da população em situação de indigência e po-

breza: as mulheres negras correspondem a 35,7% e 33,7% das pessoas em situação de indigência e pobreza, respectivamente; entre as mulheres não negras, esse percentual cai, na mesma ordem, para 23% e 20%.

Em que pese o crescimento econômico sistemático do número de mulheres no Brasil, a condição de força de trabalho secundária parece imutável para a maioria das trabalhadoras, uma vez que elas se inserem de maneira desigual no trabalho, em geral nos postos informais e precários. Dos empregos com carteira assinada, 58,6% são ocupados por homens e 42,4%, por mulheres (PNAD/IBGE, 2009 *apud* BRASIL, 2011). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), as mulheres estão mais presentes nas ocupações consideradas precárias: 41,1% delas estão nessa situação; entre as mulheres negras, a situação é mais grave e o percentual alcança 48,4%, ou seja, quase metade do contingente empregado.

O reconhecimento da vigência do trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres sobrecarregando suas vidas é recorrente em todos os estudos e pesquisas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). As mulheres continuam majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico, em um contexto de ausência de equipamentos públicos de apoio à reprodução, como creches e pré-escolas em tempo integral, e de falta de compartilhamento das tarefas de cuidado no interior das famílias. As jornadas médias semanais de mulheres ocupadas com os afazeres domésticos duram 21 horas, enquanto entre os homens não ultrapassa 9 horas (IBGE/PNAD, 2009 *apud* ÁVILA, 2013, p. 27).

Embora os estudos consultados não se tenham detido em analisar os desencontros entre os compromissos assumidos pela candidata e, posteriormente, pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em relação ao enfrentamento da persistência das desigualdades entre trabalho feminino e trabalho masculino, o Governo Dilma assume a promoção da autonomia econômica e o enfrentamento da pobreza extrema das mulheres como uma de suas prioridades dentre as previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), compromisso firmado desde seu discurso de candidata vitoriosa em diversos fóruns nacionais e internacionais.

Segundo o Governo Federal, “[...] a prioridade adotada pela nova gestão é o combate à feminização da pobreza e a promoção da autonomia das mulheres, alinhando-se à meta estabelecida pela nova presidente, de erradicar a pobreza extrema no Brasil” (REM/MERCOSUL, 2011 *apud* ÁVILA, 2013, p. 24).

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no Capítulo I, que trata da “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social”, estabelece como um de seus objetivos gerais a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência no contexto do discurso do desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2008).

A respeito da relação entre trabalho feminino, autonomia e desenvolvimento, Ávila (2013), apoiada em Boserup (1970) assinala que a postura da presidente em relação ao desenvolvimento econômico e à promoção da autonomia econômica das mulheres recoloca a questão central, instaurada pelos estudos tributários dos movimentos de mulheres e feministas, acerca da relação entre mulheres e desenvolvimento, ou sobre em que medida o processo de

crescimento econômico inserido em um modelo de desenvolvimento hegemônico enfrenta ou reproduz a desigual situação das mulheres nas sociedades. Nessa direção, Lautier (2009) destaca que

A conscientização do papel das mulheres no processo de desenvolvimento, ou melhor, na resistência à crise que ele gera, permite fundar uma crítica da teoria e das modalidades do fenômeno. Mas ela não permitiu, até hoje, propor um modo alternativo de desenvolvimento. A exclusão das mulheres do campo político e dos mecanismos de poder permanece quase geral. A ‘valorização’ do trabalho feminino deve consistir no seu entendimento estritamente econômico e limitado ao trabalho subqualificado e mal remunerado. A heterogeneidade crescente entre os pólos de modernidade e o resto das sociedades desses países acentua o banimento das mulheres para uma ‘economia de sobrevivência’ para a qual ninguém possui nenhum projeto, a não ser uma navegação sem radar entre a anomia e a exclusão social. (LAUTIER, 2009, p. 58).

Já para Rodriguez (2010), justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres, em particular as pobres, enfrentaram com maiores dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica e, por isso, em muitos países elas estão entre os principais “perdedores”. Ou seja, as análises sobre a promoção das mulheres no contexto das estratégias neoliberal “desenvolvimentista” não são animadoras.

A mulher paraense no contexto das transformações econômicas e socioculturais contemporâneas

O estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, é a segunda maior unidade federativa do país em termos territoriais. Em 2013, segundo o IBGE, sua população era de 7.969.654 habitantes (388.603 pessoas a mais que os dados recolhidos pelo Censo Demográfico de 2010). O Pará tem 144 municípios distribuídos em um território de 1.247.954.666 km². Sua capital, Belém, situada no nordeste do estado, apresentava no mesmo ano uma população estimada em 1.425.922 habitantes e um território de 1.059.406 km².

Dados publicados pelo Idesp (PARÁ, 2014), que disponibiliza uma síntese sobre o perfil da mulher paraense, com base nas informações do Censo Demográfico de 2010, indicam que, em 2010, de uma população estimada em 7,6 milhões de habitantes, 46,6% eram do sexo feminino, ou seja, cerca de 3,7 milhões de mulheres, concentradas principalmente em áreas urbanas, ou seja, 71%, enquanto 29% delas moravam em áreas rurais dos municípios. Isso corrobora os dados nacionais sobre a urbanização dos brasileiros, em decorrência da recorrente falta de investimento nas áreas rurais, particularmente na Amazônia brasileira.

Em relação à taxa de fecundidade, do total de mulheres com idade de 10 a 29 anos, 61,3% são mães, totalizando 1,8 milhões mulheres. Na área urbana, encontravam-se 28%, enquanto 33,7% residiam no interior do estado. A maternidade precoce ainda é uma particularidade da Amazônia em geral e do Pará em especial, fato que não significa aumento da taxa de fecundação.

Em 2000, a população de mulheres e homens na faixa etária de 0 a 4 anos de idade era de 778.000, tendo-se reduzindo, em 2010, para 737.000. A média de filhos das mulheres paraenses era de 3,5. A redução da taxa de natalidade confirma os resultados das pesquisas referidas

anteriormente e está diretamente ligada às sucessivas quedas na taxa de fecundidade total, na qual o número médio de filhos que uma mulher entre 15 a 49 anos poderá ter ao fim do período reprodutivo vem se reduzindo a cada década, sendo de 3,2 filhos em 2000, e 2,5 filhos em 2010, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013.

No tocante ao estado civil, em 2010, 53% das mulheres paraenses declaravam-se solteiras, e 36%, casadas. Examinando o nível de escolaridade, a fonte informa que 48% das mulheres foram identificadas como sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, 18% com o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, e 33% com ensino médio ou superior. Em que pese o alto percentual de baixa escolaridade, o nível de instrução da mulher-mãe é, em média, considerado melhor que o nível de escolaridade para a média total de mulheres. Entre as viúvas e divorciadas está o maior percentual com ensino médio e superior completo. Esse dado permite inferir que a vida conjugal tende a reduzir as possibilidades de investimento pessoal das mulheres paraenses, que acompanham as tendências nacionais de maior escolaridade na faixa de 25 a 40 anos.

Quanto às mulheres chefes de domicílio, a fonte indica que o percentual evoluiu 129% na última década. De acordo com o Censo Demográfico, em 2010 dos 1,9 milhões de paraenses que chefiavam domicílios 687mil eram mulheres, o equivalente a 37%, um percentual elevado quando comparado ao registrado pelo Censo Demográfico de 2000: 300.240 mulheres, perfazendo 29,3%, taxa que coloca o Pará na condição de terceiro estado da federação com mulheres responsáveis por domicílio.

As mulheres pardas são apontadas como a maioria à frente dos domicílios, 68,1%, seguidas das brancas, 21,8%, as pretas, 8,3%, as amarelas, 3%, e as indígenas, 0,4%. Vale destacar que o Estatuto da Igualdade Racial aprovado em 2010 define pardos e pretos como população negra. Essa definição associada à complexa autodeclaração de raça no Brasil permite inferir que, no Pará como no Brasil, conforme evidenciado alhures, as negras têm prescindido de apoio marital na condução da família. A faixa etária dessas mulheres indica que 20% tinham entre 10 a 29 anos, 60% tinham entre 30 a 60 anos e 20% encontravam-se na faixa acima de 60 anos.

Em relação à participação da mulher no mercado de trabalho paraense, a fonte informa que ela acompanha a tendência nacional, apresentando ao longo dos últimos anos um crescimento maior do que o observado entre os homens, sobretudo a partir da década de 1980. A PEA feminina paraense evoluiu na última década em 51,7%, sendo a população ocupada assim representada: 93,3% dos homens e 87,1% das mulheres. Não obstante, quando se analisam as condições dessa ocupação, observa-se que apenas 22,31% das trabalhadoras eram empregadas com carteira assinada; 9,17% eram empregadas pelo regime jurídico dos funcionários públicos; 29,48% eram empregadas sem carteira de trabalho assinada e 24,6% trabalhavam por conta própria, o que inclui um conjunto de atividades heterogêneas.

Também é possível constatar que o percentual de homens e mulheres que ocupam cargos de gerência em empresas, principalmente as sediadas na capital do estado, é o mesmo. Todavia a remuneração é desigual, os homens recebiam em média, no período examinado, R\$ 3.171,70, e as mulheres, R\$ 2.253,38. O setor com maior predominância do trabalho feminino são os serviços domésticos, com 90,62%. O Pará está entre os dez estados brasileiros onde

90% das empregadas domésticas ainda não auferem um salário mínimo, apesar das alterações na legislação trabalhista aprovadas em 2013.

Mercado de trabalho e participação feminina em barcarena e parauapebas

As discussões sobre mercado de trabalho, principalmente no bojo do discurso governista diluem os condicionamentos que influenciam na dinâmica do funcionamento deste, ou seja, as relações sociais de classe, sexo, raça/etnia. A suposta autonomia do mercado de trabalho se evidencia na relação entre oferta, entendida como a disponibilidade de empregos e a procura como a necessidade de se empregar. A exposição a seguir, sobre mercado de trabalho em Barcarena e Parauapebas, se contrapõe a esse pressuposto ratificando que, a injunção de classe, tal qual a de sexo, raça/etnia é necessária para compreender o mundo do trabalho capitalista em suas singularidades.

Barcarena está localizado a 40 quilômetros da capital. O município pertence à microrregião de Belém, tem uma área de 1.310.033 km², e aproximadamente 99.859 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 49.513 são mulheres. Informações recentes divulgados pelo Mapa da Exclusão Social do Pará, em 2014, alteraram os dados: a população total é de 109.975 habitantes, sendo 50.346 homens e 49.513 mulheres. Em 2000, 30% da população ocupada era composta de trabalhadores por conta própria; em 2010, este percentual foi alterado para 50%.

O polo industrial que vem se desenvolvendo desde os anos 1980 tem como carros-chefe sete megaindústrias do setor minerometalúrgico. Trata-se do maior complexo da América Latina no beneficiamento de alumina e produção de alumínio, expresso pelas empresas Alunorte e Albrás/Hydro. A instalação gradativa modificou completamente a paisagem regional, transformando o município no segundo PIB e na segunda arrecadação do estado na década de 2000. As sucessivas expansões receberam financiamento público e estão conectadas com o processo de reestruturação produtiva global que deslocou a produção de diversos setores para países “semi-industrializados”.

O município de Parauapebas está localizado no sudoeste do estado, a 645km de Belém; foi criado em 1988, em decorrência de seu desmembramento do município de Marabá. Cresceu em virtude do intenso fluxo migratório, provocado pela instalação de grandes projetos para a extração de recursos naturais, tais como o Projeto Grande Carajás, conduzido pela então Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.) e da enorme quantidade de ouro extraído de Serra Pelada. Em 2010, o município, de 6.957 km² e 22,12 hab/km² contava com uma população de 153.908 habitantes (IBGE, 2010).

Dados do Idesp (PARÁ, 2014), informa uma população total de 176.582, dividida em 77.893 homens e 76.015 mulheres, o que indica que o município, como Barcarena, tem sido comprimido por um forte crescimento demográfico. Parauapebas e mais três municípios da região têm estrutura econômica, social e ambiental diretamente relacionada às atividades da Vale S.A., o principal polo de desenvolvimento econômico na região por ser uma das maiores empresas multinacionais de extração mineral do mundo.

Segundo dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA), em 2015, Barcarena (3,81%) e, principalmente Parauapebas (18,39%), são considerados, depois de Belém (22,59%)

como os principais municípios com maior contribuição na geração do Valor Adicionado no PIB do estado. A condição de polo de desenvolvimento parece ser fundamental para refletir sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho, mesmo tendo como referência o fato de que o setor minero-metalúrgico tem sido historicamente espaço privilegiado do trabalho masculino o que corrobora a ideia de que, a exemplo dos outros mercados de trabalho, nesses municípios prevalecem desigualdades entre homens e mulheres.

O resgate da trajetória de vida dos trabalhadores de Barcarena e Parauapebas mostra que eles reproduzem a experiência dos “homens sem terra” (HÉBETTE, 2004) desalojados nos anos 1960 e 1970. A particularidade está no fato de que os migrantes que procuram Barcarena e Parauapebas, em sua maioria oriundos do nordeste brasileiro, especialmente do estado do Maranhão, geograficamente vizinho ao Pará, continuam acreditando no discurso de que o desenvolvimento econômico proporcionado pelos grandes empreendimentos contempla o social e, por conseguinte, possibilitará melhoria das condições de vida.

Ao analisar os dados sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, particularmente nas empresas multinacionais, observa-se que uma parcela minoritária das trabalhadoras contratadas está vinculada às atividades do setor de recursos humanos em funções administrativas, notadamente como secretárias. Em Barcarena, a maioria das trabalhadoras das empresas mencionadas são vinculadas a cooperativas de serviços, terceirizadas pelas empresas, e desempenham funções na limpeza de ambientes e lavagem dos uniformes dos trabalhadores mais qualificados.

No perfil dessas trabalhadoras, destaca-se o elevado número de mulheres na faixa de 18 a 40 anos, descendentes de negros e índios, cujo nível de escolaridade concentra-se no ensino médio incompleto. São majoritariamente solteiras, com um número inexpressivo vivendo em situação de conjugalidade, embora algumas refiram relações maritais no passado. São, em sua maioria, mães de, no máximo, três filhos. A trajetória de trabalho destaca o trabalho doméstico. No caso de Barcarena, a maioria dos trabalhadores do comércio e das feiras livres é mulher, além das cobradoras das cooperativas de *vans*, todas auferindo remuneração inferior a um salário mínimo.

O espaço das cooperativas onde elas desenvolvem suas atividades é caracterizado por condições de trabalho prejudiciais à saúde, pois os locais em geral são pequenos, com estrutura deficiente. A mobilidade entre os compartimentos é condicionada pelo acúmulo dos instrumentos de trabalho, principalmente máquinas industriais de lavagem de roupa e detergentes. A pressão das empresas pela entrega do produto encomendado em curto espaço de tempo, faz com que elas não obedeçam a um horário fixo de trabalho, fato que influencia na definição de horários para almoço e descanso, o que acarreta sérios problemas de saúde.

Essas mulheres, portanto, enquadram-se na categoria de trabalhadoras altamente precarizadas, uma vez que, como cooperativadas, se definem como proprietárias da organização e, por conseguinte, têm que assumir os limites relativos aos direitos trabalhistas. Dessa forma, vivenciam a super-exploração do trabalho, já que não são diretamente contratadas pelas empresas. Assim, a perversidade da terceirização já norteava o trabalho dessa categoria antes da recente aprovação da lei nº 4330/2004, que regulamenta contratos de terceirização no mercado de trabalho.

Os documentos consultados sobre as empresas Alunorte, Albrás/Hydro em Barcarena não oferecem dados sobre o uso da força de trabalho discriminada por sexo. No caso da Vale, em Parauapebas, Sales (2015) ao referir-se ao exame dos relatórios da empresa, afirma que:

Quanto ao quadro profissional, a transnacional afirma a não discriminação do trabalho feminino. Entretanto, encontra-se nos relatórios que, entre seus funcionários próprios, a concentração masculina é maior que em relação à feminina: em 2011, 87,7% eram homens e somente 12,3% eram mulheres. Em 2012, o percentual feminino aumentou para 13% do qual a maior parte das mulheres se encontra em cargos técnicos (operacionais e administrativos), com 49,6% e somente 3,5 estão em cargos de nível gerencial. (SALES, 2015, p. 23).

A pesquisa tem procurado relacionar as mulheres trabalhadoras de Barcarena e Parauapebas com as políticas de emprego, sobretudo os programas de qualificação, em que se destaca o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), um dos principais programas para o enfrentamento das condições de inserção produtiva dos trabalhadores brasileiros, principalmente as relacionadas à inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho.

Os dados levantados deixam inferir que a qualificação gratuita oferecida pelo PRONATEC ocorre sob o paradigma da precarização, ou seja, trata-se de cursos que aperfeiçoam habilidades que o trabalhador possui e com pouco valor agregado para as empresas. Os cursos reconhecidos pelas empresas e disponibilizados pelo Sistema Nacional de Emprego Industrial (SENAI) são pagos, como, por exemplo, os de “Condutores de veículos de transporte e produtos perigosos”, “Condutores de veículos de transporte coletivo de passageiro”, “Noções de mecânica industrial”, “Segurança na operação de guindaste veicular”, “Técnicas em comandos elétricos”, “Técnicas em gestão de almoxarifado”, “Atualização”, “Qualidade no atendimento”. (SALES, 2015, p. 52).

Comparando as demandas em Barcarena e Parauapebas por cursos de qualificação nos postos do Sistema Nacional de Emprego, constata-se um número expressivo de mulheres, dado indicativo de que, apesar da discriminação, elas continuam acreditando que podem ser inseridas no mercado formal, particularmente nas empresas multinacionais. Ademais, segundo Sales (2015), em Parauapebas, além do SINE, é expressivo o número de mulheres entre os que demandam os cursos do PRONATEC, mas sem sucesso devido a “masculinização” da oferta.

Considerações gerais

A reflexão desenvolvida neste texto por meio do levantamento das tendências de análise sobre o trabalho das mulheres, em geral, e das brasileiras, em particular, no contexto das mudanças do capitalismo nas três últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, principalmente no tocante à redução do desemprego para mulheres, mostra que o período caracterizado pelo auge da modernização inclusiva – os dois mandatos do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro governo da presidente Dilma Roussef (2010-2014) –, tende possivelmente a se modificar com a atual conjuntura brasileira de desmonte de direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho e do salário.

A inserção das mulheres brasileiras no trabalho remunerado foi analisada como uma realidade complexa e diversificada, com avanços, recuos e não isenta de contradições inerentes ao capitalismo. Algumas intelectuais feministas ligadas à Sociologia do Trabalho na fase contemporânea, marcada pelo discurso do desenvolvimento e do neo ou novo desenvolvimentismo, advertem para os limites das experiências anteriores no que diz respeito aos ganhos alcançados pelas mulheres sob tal retórica.

Com essas premissas, o estudo destacou a singularidade das mulheres paraenses, particularmente as tendências de participação na PEA que se aproximam do quadro nacional. No exame dos dados sobre os municípios de Barcarena e Parauapebas, considerados como polos de desenvolvimento regional e estadual, confirma-se a hipótese de indiferença para com a força de trabalho feminina, uma vez que, nos municípios mencionados, o mercado de trabalho representado pelas empresas multinacionais continua imune às conquistas das mulheres. Neste sentido, conclui-se que, para além de uma “feminização do trabalho”, observa-se antes a “feminização do desemprego.”

Referências

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras**. Recife: SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia, 2013. Projeto de pesquisa.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia; Instituto Patrícia Galvão, 2014. p. 13-49.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000, p. 295-308.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília (DF), 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RESEAM)**. Brasília (DF), 2011.

BOSERUP, Ester. **Woman's role in economic development**. Londres: George Allen and Unwin Ltd., 1970.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 3, p. 57-73, dez./jan. 1992.

CASTRO, Mary Garcia. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000. p. 367-378.

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, p. 9-26, 2013.

HÉBETTE, Jean. Migração, colonização e ilusões do desenvolvimento. In: HÉBETTE, J. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. v. I. Belém: Edufpa, 2004. p. 10-20.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-604, 2007.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano 3, n. 2, p. 80-107, dez. 2009.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), 2009. **Arquivos de Notícias**, 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/pnad-aponta-aumento-na-renda-media-das-trabalhadoras-domesticas-em-2009/>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 17 maio 2015.

IPEA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise**. Comunicado IPEA, n. 41, 10 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100310_comunicadoipea41.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena ; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. In: COSTA, A.; ÁVILA, Maria Betânia de Melo; SILVA, Rosa (Org.) **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO-Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 33-66.

NOGUEIRA, Maria Julia Reis; JACINTO, Hakon. A mulher negra e as desigualdades no mercado de trabalho. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 279-290.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Mães, chefes de domicílios, mulheres do Pará, quem são elas?** Belém, 2014. Disponível em: <http://fapespa2.pa.gov.br/pdf/idespDivulga_MaesChefesDeDomiciliosMulheresDoParaQuemSaoElas.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília (DF): Secretaria de Políticas para Mulheres, p. 31-40, jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/revista-do-observatorio-edicao-especial-tema-autonomia-economica-empoderamento-e-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-julho-2010>>. Acesso em: 1º jul. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Articulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUCHINI, M. C. (Org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça, etnia, classe social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRS, v. 4, p. 159-165, 1993. Número especial.

SALES, Carla Rafaela Lemos. **Desemprego e qualificação profissional em Parauapebas no Estado do Pará**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SEGNINI, Liliane. **As mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SORF, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina Oliveira; SORF, Bila; HIRATA, Helena; BRUCHINI, Cristina (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 187-206.